



O INDIGENISMO RELIGIOSO NO BRASIL: LEGADOS E MEMÓRIAS

Religious indigenism in Brazil: legacies and memories

Diego Omar da Silveira *

Universidade do Estado do Amazonas (UEA)

DOI: 10.29327/256659.14.2-13

FANZERES, Andreia; BUSATTO, Ivar; DAL POZ, João (org.). *Novas reflexões indigenistas*. Cuiabá: Operação Amazônia Nativa, 2021. 330p.

Novas reflexões indigenistas é um livro que aparentemente nada tem a ver com religião. Trata-se de uma coletânea que comemora os 50 anos da Operação Amazônia Nativa e que se debruça, portanto, em parte sobre a memória dessa efeméride (ver as comemorações anteriores em OPAN, 1987; Schroeder, 2009), em parte sobre a atualidade e as perspectivas de futuro de uma Organização Não-Governamental que realiza um importante trabalho junto aos povos originários. Ocorre, porém que a OPAN nasceu como Operação Anchieta, em 1969, e foi, portanto, o primeiro órgão do indigenismo religioso formalmente criado no Brasil, em um momento marcado tanto pela radicalização da ditadura civil-militar quanto pela recepção do Concílio Vaticano II na Igreja Latino-Americana.

Nesse contexto, os ambientes cristãos viram nascer um tipo de atuação muito distinta das que tinham sido encenadas até então pelas Igrejas com relação aos povos originários. Tratava-se de um movimento de crítica do modelo tradicional de missão mais ou menos articulado entre clero e laicato e que repercutia tanto nos debates internos (da teologia e da eclesiologia) quanto em aspectos externos às Igrejas no Brasil. No campo católico, assim como no protestante/evangélico, tornava-se marcante nos pós-guerra uma

* Mestre em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e doutorando em Antropologia Social pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Professor do Centro de Estudos Superiores de Parintins (CESP) da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). E-mail: diegomarhistoria@yahoo.com.br

renovada preocupação com as questões sociais, ligadas por um lado à gestão política das desigualdades em cada nação, mas que também se identificava, por outro, como um conjunto de novos dilemas associados com a “modernidade” e que repercutiam nos vários ambientes da vida, desde os costumes e comportamentos até a nova distribuição geopolítica do poder.

Todo esse movimento impactou bastante no debate sobre a atuação missionária, entendida não apenas nos limites mais estreitos de uma atuação da(s) igreja(s) frente às populações nativas – historicamente entregues à ação de ordens religiosas – mas na formulação de estratégias que permitissem desenhar modelos de desenvolvimento (alternativos ao capitalismo e ao socialismo) orientados por valores humanistas e cristãos. Os processos de descolonização e a disputa por novos territórios religiosos na África e na América-Latina projetavam, igualmente, um novo interesse da Europa sobre essas áreas, vistas como carentes de clero e de formação cristã mais sólida.

De baixo para cima, porém, formavam-se no chamado Terceiro Mundo as primeiras conferências episcopais e igrejas independentes, cada qual levantando pautas muito próprias e quase todas articuladas em torno de suas enormes desigualdades sociais. Logo, os primeiros órgãos de indigenismo religioso faziam questão de não mais serem identificados como esforços missionários, mas como formas mais orgânicas de atuar junto aos povos indígenas, prestando-lhes a assistência devida ou solidarizando-se com as suas dores (Rebollar, 2016, p. 34).

Ao todo, o livro é composto por quinze capítulos, divididos em duas partes, além de uma introdução, intitulada “De voluntários a indigenistas”, escrita por João Dal Poz: uma memória dos primeiros tempos e das inspirações da OPAN, que abre caminho para que outros autores ajudem a (re)contar essa trajetória de “meio século de indigenismo” – título da primeira parte da coletânea. Dal Poz aponta para a composição heterogênea do grupo de jovens que acompanhavam entusiasmados em fevereiro de 1969 a “palestra do padre jesuíta Egydio Schwade sobre a situação da Missão Anchieta em Mato Grosso e a realidade indígena no Sul do país”, durante o Quarto Encontro de Dirigentes Marianos do Estado de Santa Catarina. Eram “12 sacerdotes, 4 irmãs religiosas, 7 “formados”, 15 professores, 21 estudantes, 20 lavradores, 14 operários, 10 comerciários, 7 domésticas, 3 radialistas, 2 industriários, 2 funcionários públicos e 1 bancário”. Surgia ali a Operação Anchieta, animada por três objetivos principais: “1) imitar o *Projeto Rondon*, mas ‘com mais extensão e pro-

fundidade'; 2) preparar missionários leigos, jovens de ambos os sexos, para trabalharem nas Missões durante um a dois anos; e 3) formar equipes para evangelização nos 'postos indígenas do Sul do país' (p. 11-12).

Esse carisma aparece melhor descrito no primeiro Estatuto da entidade, que a descrevia como "pessoa jurídica de direito privado, sociedade civil, de finalidade cívico educativo, destituída de preconceito racial, religioso e de nacionalidade (...) visando reunir congregados marianos e outros 'voluntários', a serem preparados e enviados para auxiliar nas Missões e Prelazias do Brasil por um período de um ou mais anos; formar equipes para a 'evangelização dos índios'; e atender as 'populações marginalizadas' (garimpeiros, seringueiros, sitiantes etc.) da região" – diretrizes que organizaram as ações do grupo ao longo da primeira década, na qual se sucederam cursos de formação e debates que foram refazendo a identidade coletiva da OPAN. As marcas mais permanentes seriam a democracia interna e "uma presença despojada, comprometida com os interesses da comunidade, participando de sua vida cotidiana (...) no chão da aldeia" (p. 18), o que, por sua vez, teria se convertido em uma forma alternativa ao indigenismo oficial do Estado, levado adiante pela FUNAI (àquela altura sob comando militar).

Outras memórias somam detalhes e avivam o quadro das festividades, compondo essa espécie de "colcha de retalhos", com sugere Egydio Schwade, em sua "carta aos companheiros e companheiras da OPAN". Da sua posição de "vovô ou bisavô" (p. 39), como membro de grande prestígio no grupo, o ex-jesuíta traça uma linha das transformações da Missão Anchieta, dos tempos do Internato de Uitiariti, na Prelazia de Diamantino (MS), rumo ao desmonte progressivo dessas instituições totais, responsáveis pela descaracterização das culturas autóctones (etnocídio). Em substituição, entravam em voga as ideias de *encarnação* ou *inculturação*, de modo que não apenas padres/freiras ou pastores pudessem se dedicar a esse trabalho na qualidade de gestores profissionais dos bens de salvação, mas concebendo a atuação entre os índios como uma tarefa equivalente à educação popular ou outras formas de engajamento, abertas aos jovens leigos que buscavam, então, modalidades de militância em prol dos mais necessitados e em busca de transformação social, muitas vezes fugindo da repressão que se impunha de modo crescente pela ditadura nos espaços urbanos.

O texto de Anton Rohrmoser ajuda a aclarar o quanto esse empreendimento dependia de parceria internas e externas, nesse caso, especificamente com agências euro-

peias, como a “Ação dos Reis Magos, da Juventude Católica da Áustria [mais tarde ÖED, hoje Horizont3000], entidade que, a partir daí, financiou o trabalho da OPAN por um longo período, sustentando os diversos programas com os povos indígenas” (p. 56). Nessa parceria, além de recursos vinham também muitos cooperantes europeus, que passaram a atuar em “missões volantes”, até mesmo junto a povos de pouco contato.

Já Lola Campos Rebollar reflete, em seu capítulo, sobre a “formação indigenista” que, como não podia deixar de ser, transitou dos processos de lenta formação dos quadros voluntários – nos quais foram definidoras as referências da Teologia da Libertação e método Paulo Freire – para a realidade do “mercado de projetos” cada vez mais complexos e especializados das Organizações Não-Governamentais (ONGs), que “encurtou os tempos de estudo e reflexão, como era de praxe” e passou a “exigir perfis mais especializados, pessoas ‘prontas’ para entrar em ação”, com formação “nas áreas das ciências naturais (biólogos, agrônomos, agroflorestais), em certa medida, deslocando para o segundo plano a área de humanas (pedagogia, ciências sociais, antropologia), carro chefe nas décadas anteriores” (p. 80). Um desafio para a OPAN e para os opanistas, que continuam sustentando alguns valores como fundamentais para o trabalho de diálogo com toda a diversidade de povos e culturas, tendo como horizonte o fortalecimento da democracia. No texto que tem como título “outros escritos”, Verenilde Santos Pereira recupera aspectos fundamentais desse amadurecimento. A autora relembra como em um clima ideológico hostil e mediante tantas adversidades materiais – *tempos difíceis*, como diria Hannah Arendt – se produziram excelentes trabalhos de inserção junto a povos que habitavam fronteiras distantes. Mesmo sem meios de transporte e comunicação, surgiram boletins impressos, como o *Carapanã* e depois o *Macaxeira*, além de projetos de sustentabilidades, de assistência à saúde e de educação bilíngue. Também assinala como muitos se fizeram, a partir da prática, antropólogos e cientistas sociais, com amplo lastro acadêmico.

Nessa esteira, Darci Secchi destaca como a aposta nos trabalhos envolvendo “linguística e educação como estratégia de ação com os povos indígenas” foi fundamental. Na realidade, conforme o autor, a “defesa do direito dos indígenas se expressarem em suas línguas maternas foi, desde cedo, uma das principais bandeiras da OPAN, (junto com a garantia à terra, saúde e autodeterminação)” (p. 110). Entre as iniciativas inovadoras do grupo nessa área estão a formação de pessoas capacitadas no campo da linguística para atuarem nas aldeias sem fins proselitistas (como a tradução da Bíblia), a conscientização

sobre como a linguística poderia ampliar vínculos de pertencimento e o alcance das reivindicações de cada povo, a formação de professores indígenas e a produção de materiais didáticos voltados para diferentes etnias, além da participação em Conselhos de Educação Escolar Indígena e a organização de acervos bibliográficos e bancos de vídeos.

De igual modo, Marcio Ferreira da Silva apresenta como a OPAN ajudou a implementar os dispositivos previstos no SUS junto às populações por ela assistidas, com destaque para os casos dos Enawene-Nawe e Myky-Irantxe – através do Polo Base de Brasnorte do Distrito Sanitário Especial Indígena. Trata-se, fundamentalmente, de compreender como a atenção à saúde em fronteiras interculturais precisa atender às diferentes perspectivas acerca do corpo e dos males que o acometem, bem como para os distintos processos e agentes de cura. E de como os opanistas buscaram se manter atentos não apenas ao provimentos de insumos e pessoal qualificado ou de construir cooperações técnicas e formas de controle social, mas também aos princípios constitucionais de respeito às “organizações sociais, costumes, línguas, crenças e tradições dos povos indígenas” (p. 142).

Jonia Teresinha Fank e Teresinha Weber, por sua vez, chamam a atenção para como, na década de 1970, o indigenismo da OPAN, ao lado de outras entidades, como o Conselho Indigenista Missionário, acabou por propiciar também um “outro olhar para os povos indígenas isolados e de pouco contato”. As incursões em áreas longínquas, a formação de redes de colaboração com dioceses católicas (e até mesmo com agentes do governo), mas fundamentalmente uma nova proposta de contato pacífico, avessa aos métodos tradicionais da FUNAI e das missões religiosas, foram fundamentais para implantar uma lógica de “proteção” dos indígenas e de seus territórios, evitando assim as altas taxas de mortalidade que se seguiam a esse encontro. As autoras recordam que os três objetivos principais naquele contexto eram: “aprender a língua indígena, garantir boa saúde com ações preventivas e curativas e apoiar a defesa da terra indígena”. Estratégias que se desdobravam na proposta de “convivência solidária e participativa no dia a dia do povo indígena” (p. 152), como ocorreu entre os Myky, os Rikbaktsa e os Zuruwahã, por exemplo. É desse tipo de proposta que derivaram “as experiências das autodemarcações”, registradas por Andreia Fanzeres, Rosa Maria Monteiro e Fausto Martins Campoli. Conforme os autores, “um dos princípios fundamentais do trabalho indigenista da OPAN sempre foi o de que o índio tem o direito de ser quem ele é, vivendo em seu território, onde pode desempenhar todas as atividades que considera importantes para sua sobrevivência, de forma autônoma, se-

guindo seus costumes e tradições” (p. 163). Isso implicou em importante luta contra os invasores e para que os governos reconhecessem e homologassem as terras, conforme previa a Constituição Federal de 1988. Mediante todos os entraves políticos e burocráticos, em vários casos, os próprios “indígenas tomaram a frente do processo de definição dos limites físicos de suas terras”, produzindo a partir dos saberes ancestrais e do conhecimento prático das matas, os limites que foram transpostos para os mapas. No percurso, a “visão capitalista do território” foi senso suplantada por questões nativas, clônicas e até pelas “dinâmicas dos espíritos”, atreladas à mitologia e a lugares vistos como sagrados por cada povo (p. 180).

Uma síntese de todo esse processo está no capítulo de autoria de Ivar Busatto, que encerra essa primeira parte. A partir da própria biografia, ele apresenta a imagem de um país que foi, aos poucos, conhecendo os povos indígenas, não mais como sujeitos a serem “assimilados à sociedade nacional”, nem como simples antepassados nossos. Mas como cultura e diversidade. A Operação Anchieta deu o primeiro passo, mas no percurso transformou-se, ela própria, em companheira de “ombro a ombro” do movimento pan-indígena e de muitas outras entidades, que abraçaram suas causas, como “Centro de Trabalho Indigenista (CTI), o Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), que depois deu origem ao Instituto Socioambiental (ISA), o Conselho de Missão entre Povos Indígenas (Comin), da Igreja Luterana, as Associações Nacionais de Apoio ao Índio (Anaí) e as Comissões Pró-Índio (CPI)”. O que ele avalia ser “uma mudança radical na nossa história, que não aconteceu só por conta de uma organização chamada Operação Amazônia Nativa, mas de um conjunto de forças da sociedade brasileira que se movimentou, se articulou e foi sensível num momento-chave para possibilitar o espetáculo da participação social e efetiva de segmentos de populações que estavam indo para o extermínio” (p. 196).

A segunda parte da obra trata dos “desafios e perspectivas” da OPAN e constitui-se basicamente de avaliações dos projetos em curso, com vistas ao futuro. Assim, Rodrigo Ferreira Barros analisa as relações entre “vigilância territorial indígena e [o uso de] tecnologias”, em processos que tornam as lideranças – em especial aquelas mais jovens – cada vez mais autônomas na gestão das fronteiras, produção dos registros de invasão encaminhamento das denúncias aos órgãos competentes. Catiúscia Custódio de Souza e Rodrigo Ferreira Barros pensam esse mesmo processo por meio da “experiência do projeto IREHI”,

desenvolvido com recursos do Fundo Amazônia no âmbito da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas (PNGATI) junto aos “povos Manoki, Myky e os grupos Sabanê, Tawandê e Manduca da Terra Indígena Pirineus de Souza (p. 245). Segundo os autores, esses são processos complexos, de fortalecimento da cultura, mas também de intercâmbio, nos quais membros da comunidade participam de assembleias e audiências públicas envolvendo autoridades governamentais e ONGs, assumem o desafio de criar canais democráticos de comunicação entre as bases e instâncias do Estado e da sociedade civil, inclusive através de novos canais de comunicação, como a internet, onde eles têm descoberto os espaços para uma etnomídia (p. 253).

Os “avanços, desafios e perspectivas” das “mulheres indígenas, [nas] organizações e [no] indigenismo” são abordados por Catiúscia Custódio de Souza e Rochele Fiorini. No horizonte das autoras estão questões complexas, como as formas de entrecruzamento entre as bandeiras de luta do feminismo ocidental e a militância das mulheres indígenas, cada vez mais ativas e visibilizadas no movimento indígena. Elas acompanham de perto a Organização de Mulheres Indígenas Takiná (MT), que reúne “43 povos indígenas, distribuídos em sete regiões do Estado (Xingu, Médio Araguaia, Noroeste, Cerrado Pantanal, Vale do Guaporé, Norte e Xavante) (p. 269)”. Atualmente, são cerca de 120 associadas, que vêm levantando pautas variadas, como violência e renda, mas em chaves cada vez mais abertas ao futuro e que não cabem, na maioria das vezes, nos conceitos “acadêmicos ou eurocêntricos, distantes das comunidades locais” (p. 277).

Na sequência, dois capítulos são voltados às práticas de manejo sustentável. Leonardo Pereira Kurihara (*et al.*) discutem como o trabalho realizado junto aos povos Deni e Paumari reverteu, em alguns anos, o quase desaparecimento do pirarucu na região e de como essa questão, mais do que uma proposta de etnodesenvolvimento, com evidentes impactos sobre a “economia indígena e a autonomia” desses povos, tem também reflexos culturais, uma vez que esse peixe está diretamente associado à cosmologia dessas etnias. Também Felipe Rossoni (*et al.*), olha para essa “a experiência do *Coletivo do Pirarucu*”, indicando a centralidade que ocupa hoje no trabalho da OPAN a tarefa de “conciliar a conservação da biodiversidade com o desenvolvimento local e melhoria da qualidade de vida das populações tradicionais” (p. 303).

Fechando o livro, Rinaldo Arruda lança uma importante reflexão sobre a ideia de “Bem-viver: para pensar os caminhos do hoje e do amanhã”. Presente nas encíclicas do

Papa Francisco, essa é também uma categoria muito afeita, atualmente, ao momento indígena e ao próprio indigenismo, todos envolvidos na busca de concepções “anticolonialistas e pós-desenvolvimentistas” (p. 317), capazes de pensar projetos alternativos aos modelos predatórios tão característicos do capitalismo. Esse caminho, ainda em construção, pressupõe “conversar muito, trocar ideias, pensar e atuar juntos, desenhando um horizonte comum que comporte todas as diferenças” e um futuro capaz de abarcar os saberes ancestrais dos povos indígenas.

Antes de finalizar, é importante mencionar que, a meio caminho – mais ou menos na metade do livro – há um encarte fotográfico, que recupera momentos e figuras importantes de toda essa história e que torna o livro ainda mais comovente. Por diferentes razões é um livro que reforça a ideia muito presente no Cristianismo da Libertação de *memória e utopia, memória e compromisso*.

REFERÊNCIAS

- OPAN. Operação Anchieta. *Ação indigenista como ação política*. Cuiabá: OPAN, 1987.
- REBOLLAR, Maria Dolores Campos. *O indigenismo alternativo dos anos 1970-2000: processos formativos na Operação Amazônia Nativa*. Campo Grande: UFMT, 2016.
- SCHROEDER, Ivo. *OPAN: 40 anos de parceria com os Povos Indígenas*. Cuiabá: OPAN, 2009.

Recebida em 12/10/2023

Aceita para publicação em 15/10/2023